



# O DIREITO À CIDADE

HENRY LEFEBVRE



CENTAURO  
EDITORA

Capa: Paulo Gaia  
Revisão: Mara Ofélia da Costa  
Editoração: Conexão Editorial  
Fotolitos de Capa: SM Fotolito  
Impressão e Acabamento: Provo Distribuidora e Gráfica Ltda

Título Original: *Le Droit à la Ville*  
Tradução: Rubens Eduardo Frias

3ª Edição - Junho de 2004

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lefebvre, Henry, 1901 -  
O direito à cidade / Henry Lefebvre ; tradução  
Rubens Eduardo Frias. -- São Paulo : Centauro, 2001.

Título Original: *Le Droit à la Ville*.  
Bibliografia.

1. Geografia urbana 2. Espaço e política 3.  
cidades e vilas 4. Sociologia urbana I. Título

01-1664

CDD-307.76

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Espaço Urbano : Aspectos sociais : Sociologia 307.76

© CENTAURO EDITORA  
Travessa Roberto Santa Rosa, 30  
02804-010 – São Paulo – SP  
Tel. 11 – 3976-2399 – Tel./Fax 11 – 3975-2203  
E-mail: editoracentauro@terra.com.br  
www.centauroeditora.com.br

**CONTEÚDO**

Apresentação .....	VII
Advertência .....	1
→ Industrialização e urbanização. Noções preliminares .....	3
A filosofia e a cidade .....	27
As ciências parcelares e a realidade urbana .....	37
Filosofia da cidade e ideologia urbanística .....	41
Especificidade da cidade. A cidade e a obra .....	45
Continuidades e discontinuidades .....	51
Níveis de realidade e de análise .....	59
Cidade e campo .....	67
→ Ao redor do ponto crítico .....	71
Sobre a forma urbana .....	85
A análise espectral .....	93
O direito à cidade .....	103
Perspectiva ou prospectiva? .....	119
A realização da filosofia .....	137
→ Teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo .....	141

## O DIREITO À CIDADE

A reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais, etc.), bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. Até aqui, apenas as necessidades individuais, com suas motivações marcadas pela sociedade dita de consumo (a sociedade burocrática de consumo dirigido) foram investigadas, e aliás foram antes manipuladas do que efetivamente conhecidas e reconhecidas. As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num "mundo". A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens

materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas?

Uma *ciência analítica da cidade*, necessária, está hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a *práxis* (prática social) da sociedade urbana. Atualmente, a superação das ideologias e das práticas que fechavam os horizontes, que eram apenas pontos de estrangulamento do saber e da ação, que marcavam um limite a ultrapassar, essa superação, como dizia, é efetuada não sem dificuldades.

A *ciência da cidade* tem a cidade por objeto. Esta ciência toma emprestado seus métodos, demarches e conceitos às ciências parcelares. A síntese lhe escapa duplamente. Inicialmente, enquanto síntese que se pretendia total e que só pode consistir, a partir da analítica, numa sistematização e numa programação estratégicas. A seguir, porque o objeto, a cidade, enquanto realidade acabada, se decompõem. O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada. Como texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma seqüência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram

compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, "o urbano" persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade. Aquilo que os olhos e a análise percebem na prática pode, na melhor das hipóteses, passar pela sombra de um objeto futuro na claridade de um sol nascente. Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe — esta é a prescrição. Por outras palavras, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam. É um *objeto virtual* que o pensamento estuda. O que exige novas demarches.

O velho humanismo clássico acabou sua carreira há muito tempo, e acabou mal. Está morto. Seu cadáver mumificado, embalsamado, pesa bastante e não cheira bem. Ocupa muitos lugares públicos ou não, transformados assim em cemitérios culturais com as aparências do humano: museus, universidades, publicações diversas. Mais as novas cidades e as revistas de urbanismo. Trivialidades e insignificâncias são cobertas por essa embalagem. É a "medida humana", se diz. Quando na verdade deveríamos nos encarregar da desmedida, e criar "alguma coisa" à altura do universo.

Este velho humanismo encontrou a morte nas guerras mundiais, durante o impulso demográfico que acompanha sempre os grandes massacres, diante das brutais exigências do crescimento e da competição econômica e diante do impulso de técnicas mal dominadas. Não é nem mesmo mais uma ideologia, apenas um tema para discursos oficiais.

Como se a morte do humanismo clássico se identificasse com a morte do homem, recentemente ouviram-se altos gritos. "Deus está morto, o homem também". Essas fórmulas divulgadas em livros de sucesso, retomadas por uma publicidade pouco responsável, não têm nada de novo. A meditação nietzscheana começou, há quase um século, por ocasião da guerra de 1870-1871, mau presságio para a Europa, para sua cultura e sua civilização. Quando Nietzsche anunciava a morte de Deus e a morte do ho-

mem, não deixava atrás de si um vazio berrante; não preenchia esse vazio com materiais improvisados e provisórios, com a linguagem e com a lingüística. Ele anunciava o Super-humano, que ele acreditava se tornar. Superava o nihilismo que ele mesmo diagnosticava. Os autores que vendem tesouros teóricos e poéticos com um século de atraso nos jogam de novo no nihilismo. Depois de Nietzsche, os perigos do Super-humano apareceram com uma cruel evidência. Por outro lado, o "homem novo" que vemos nascer da produção industrial e da racionalidade planificadora como tal nos desapontou em muito. Ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produto. Ou a superação simultânea do velho "animal social" e do homem da cidade antiga, o animal urbano, na direção do homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com "o mundo" (o meio e ele mesmo); ou então o nihilismo. Se o homem está morto, para quem vamos construir? Como construir? Pouco importa que a cidade tenha ou não desaparecido, que seja necessário pensá-la de novo, reconstruí-la sobre novos fundamentos ou ultrapassá-la. Pouco importa que o terror impere, que a bomba atômica seja ou não lançada, que o planeta Terra exploda ou não. O que é que importa? Quem ainda pensa, quem age, quem fala e para quem? Se desaparecem o sentido e a finalidade, se não podemos nem mesmo declará-los mais numa práxis, nada tem importância ou interesse. E se as capacidades do "ser humano", a técnica, a ciência, a imaginação, a arte, ou a ausência disso se erigem em poderes autônomos e se o pensamento mediativo se contenta com essa constatação, a ausência de "sujeito", o que replicar? O que fazer?

O velho humanismo se afasta, desaparece. A nostalgia se atenua e nos voltamos cada vez menos a fim de rever sua forma estendida no meio da estrada. Era a ideologia da burguesia liberal. Ele se inclinava sobre o povo, sobre os sofrimentos humanos. Recobria, sustentava a retórica das almas caridosas, dos grandes sentimentos, das boas consciências. Compunha-se de citações greco-latinas salpicadas de judeo-cristianismo. Um pavoroso coquetel, uma mistura de fazer vomitar. Apenas alguns intelectuais (de "esquerda" – mas será que ainda existem intelectuais de direita?), nem revolucionários, nem abertamente reacionários, nem

dionisíacos, nem apolinianos, ainda sentem prazer com essa triste bebida.

Portanto, é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana. E isto, escapando aos mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam esse trajeto. A vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e "valores", tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e "natural". Esporádicas cidades apenas emergiam do oceano do campo. A sociedade rural era (ainda é) a da não abundância, da penúria, da privação aceita ou repudiada, das proibições que dispunham e regularizavam as privações. A sociedade rural foi aliás a sociedade da Festa, mas este aspecto, o melhor deles, não foi retido, e é ele que é preciso ressuscitar e não os mitos e os limites! Observação decisiva: a crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional. Caminham juntas e mesmo coincidem. Cabe a "nós" resolver essa dupla crise, notadamente ao criar com a nova cidade a nova vida na cidade. Os países revolucionários (entre os quais a URSS de dez ou quinze anos após a revolução de Outubro) pressentiram o desenvolvimento da sociedade baseada na indústria. Apenas pressentiram.

Nas frases precedentes, o "nós" tem apenas o alcance de uma metáfora. Ele designa os interessados. Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos,

ajudar o parto do possível através de uma maieutica nutrida de ciência.

No ponto em que chegamos, assinalemos a urgência de uma transformação das demarches e dos instrumentos intelectuais. Retomando formulações empregadas noutras ocasiões, certas demarches mentais ainda pouco familiares parecem indispensáveis.

a) *A transdução*. É uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de "modelos", da simulação, do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto *possível*, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (*feed-back*) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia.

b) *A utopia experimental*. Atualmente, quem não é *utópico*? Só os práticos estreitamente especializados que trabalham sob encomenda sem submeter ao menor exame crítico as normas e coações estipuladas, só esses personagens pouco interessantes escapam ao utopismo. Todos são utópicos, inclusive os prospectivistas, os planejadores que projetam a Paris do ano 2000, os engenheiros que fabricaram Brasília, e assim por diante! Mas existem vários utopismos. O pior não seria aquele que não diz seu nome, que se cobre de positivismo, que por essa razão impõe as coações mais duras e a mais irrisória ausência de tecnicidade?

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e conseqüências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida quotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços "bem-sucedidos", isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa.

Outras demarches intelectualmente indispensáveis: discernir, sem os dissociar, os três conceitos teóricos fundamentais, a saber: a estrutura, a função, a forma. Conhecer o alcance deles, suas áreas de validade, seus limites e suas relações recíprocas – saber que eles formam um todo, mas que os elementos desse todo têm uma certa independência e uma autonomia relativa – não privilegiar nenhum deles, fato que dá origem a uma ideologia, isto é, um sistema dogmático e fechado de significações: o estruturalismo, o formalismo, o funcionalismo. Utilizá-los alternadamente, em pé de igualdade, para a análise do real (análise que não é nunca exaustiva e sem resíduos) bem como para a operação dita "transdução". Compreender que uma função pode se realizar através de estruturas diferentes, que não existe ligação unívoca entre os termos. Que função e estrutura se revestem de formas que as revelam e que as ocultam – que a triplicidade desses aspectos constitui um "todo" que é mais que esses aspectos, elementos e partes.

Dentre os instrumentos intelectuais de que dispomos, há um que não merece nem o desprezo, nem o privilégio do absoluto: o sistema (ou antes o subsistema) de significações.

Os políticos têm seus sistemas de significações – as ideologias – que lhes permitem subordinar a suas estratégias os atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados.

O humilde habitante tem seu sistema de significações (ou antes seu subsistema) ao nível ecológico. O fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, a adoção, a transmissão de um determinado sistema, por exemplo o do habitat pavilionista. O sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades; é recebido, porém modificado pela prática. É percebido.

Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de diversos vocábulos: "função", "forma", "estrutura", ou antes funcionalismo, formalismo, estruturalismo. Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto é verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem. É grafismo e visualização. Pelo fato de que esses arquitetos

constituem um corpo social, que eles se ligam a instituições, seu sistema tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor, a eludir qualquer crítica. Haveria razões para se formular esse sistema, freqüentemente erigido em *urbanismo* por extrapolação, sem nenhum outro procedimento, nem precaução.

A teoria que se poderia legitimamente chamar de "urbanismo", que se reuniria às significações da velha prática chamada "habitar" (isto é, o humano), que acrescentaria a esses fatos parciais uma teoria geral dos *tempos-espacos* urbanos, que indicaria uma nova prática decorrente dessa elaboração, este urbanismo existe virtualmente. Só pode ser concebido enquanto implicação prática de uma teoria completa da cidade e do urbano, que supera as cisões e separações atuais. Especialmente a cisão entre filosofia da cidade e ciência (ou ciências) da cidade, entre parcial e global. Neste trajeto podem figurar os projetos urbanísticos atuais, mas apenas através de uma crítica sem fraquezas de suas implicações ideológicas e estratégicas.

Por mais que se possa defini-lo, nosso projeto - o urbano - não estará nunca inteiramente presente e plenamente atual, hoje, diante de nossa reflexão. Mais do que qualquer outro objeto, ele possui um caráter de totalidade altamente complexo, simultaneamente em ato e em potencial, que visa à pesquisa, que se descobre pouco a pouco, que só se esgotará lentamente e mesmo nunca, talvez. Tomar esse "objeto" por real, como um dado da verdade, é uma ideologia, uma operação mistificante. O conhecimento deve considerar um número considerável de métodos para apreender esse objeto, sem se fixar numa demarche. As decupagens analíticas seguirão de tão perto quanto possível as articulações internas dessa "coisa" que não é uma coisa; serão seguidos por reconstruções nunca acabadas. Descrições, análises, tentativas de síntese não podem nunca passar por exaustivas ou definitivas. Todas as noções, todas as baterias de conceitos entrarão em ação: forma, estrutura, função, nível, dimensão, variáveis dependentes e independentes, correlações, totalidade, conjunto, sistema, etc. Tanto neste como em outros casos, porém mais do que em outros casos, o resíduo se revela o mais precioso. Cada "objeto" construído será por sua vez submetido ao exame crítico. Na medida do possível, será realizado e submetido à verificação experimental. A

ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social.

Necessária, essa ciência não basta. Ao mesmo tempo que percebemos sua necessidade, percebemos seus limites. A reflexão urbanística propõe o estabelecimento ou a reconstituição de unidades sociais (localizadas) fortemente originais, particularizadas e centralizadas, cujas ligações e tensões reestabeleceriam uma unidade urbana dotada de uma ordem interna complexa, não sem estrutura mas com uma estrutura flexível e uma hierarquia. Mais precisamente ainda, a reflexão sociológica visa ao conhecimento e à reconstituição das capacidades integrativas do urbano, bem como às condições da participação prática. Por que não? Com uma condição: a de nunca subtrair essas tentativas parcelares, portanto parciais, à crítica, à verificação prática, à preocupação global.

O conhecimento pode portanto construir e propor "modelos". Cada "objeto", neste sentido, não é outra coisa além de um modelo de realidade urbana. No entanto, semelhante "realidade" não se tornará nunca manejável como uma coisa, nem se tornará instrumental. Mesmo para o conhecimento mais operatório. Que a cidade torne a ser o que foi: ato e obra de um pensamento complexo, quem não desejaria isso? Mas assim nos mantemos ao nível dos votos e das aspirações e não se determina uma *estratégia urbana*. Esta não pode deixar de levar em conta, de um lado, as estratégias existentes e, por outro lado, os conhecimentos adquiridos: ciência da cidade, conhecimento que tende para a planificação do crescimento e para o domínio do desenvolvimento. Quem diz "estratégia" diz hierarquia das "variáveis" a serem consideradas, algumas das quais têm uma capacidade estratégica e outras permanecem ao nível tático - também chamado de força suscetível de realizar essa estratégia na prática. Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. O fato de haver diversos grupos ou várias estratégias, como divergências (entre o estatal e o privado, por

centro de

contemplação e também das decupagens fragmentárias e dos conhecimentos parcelares, é o de povoar essa lacuna, e povoar não apenas com a linguagem.

Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a destruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é *lacunar*. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos. Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contêm os elementos deste possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir a ação e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical.

Nessa conjuntura, a ideologia pretende dar um caráter absoluto à "cientificidade", incidindo a ciência sobre o real, decupando-o, recompondo-o e com isso afastando o possível e barrando o caminho. Ora, numa tal conjuntura, a ciência (isto é, as ciências parcelares) tem apenas um alcance *programático*. Contribui com elementos para um programa. Se se admitir que esses elementos constituem desde agora uma totalidade, se se quiser executar literalmente o programa, já aí se estará tratando o objeto virtual como um objeto técnico. Realiza-se um projeto sem crítica nem autocritica, e esse projeto realiza, projetando-a na prática, uma ideologia, a ideologia dos tecnocratas. Necessário, o programático não basta. Ele se transforma no decorrer da execução. Apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana. Reciprocamente, a ciência da cidade traz para essa perspectiva um fundamento teórico e crítico, uma base positiva. A utopia controlada pela razão dialética serve de parapeito às ficções pretensamente científicas, ao imaginário que se extraviaria. Esse fundamento e essa base, por outro lado, impedem que a reflexão se perca no programático puro. O movimento dialético se apresenta aqui como uma relação entre a ciência e a força política, como um diálogo,

fato que atualiza as relações "teoria-prática" e "positividade-negatividade crítica".

Necessária como a ciência, não suficiente, a *arte* traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços *apropriados*: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra. A música mostra a apropriação do tempo, a pintura e a escultura, a apropriação do espaço. Se as ciências descobrem determinismos parciais, a arte (e a filosofia também) mostra como nasce uma totalidade a partir de determinismos parciais. Cabe à força social capaz de realizar a sociedade urbana tornar efetiva e eficaz a unidade (a "síntese") da arte, da técnica, do conhecimento. Conquanto que a ciência da cidade, a arte e a história da arte entrem na meditação sobre o urbano, que quer tornar eficaz as imagens que o anunciam. Esta meditação voltada para a ação realizadora seria assim utópica e realista, superando essa oposição. É mesmo possível afirmar que o máximo de utopismo se reunirá ao *optimum* de realismo.

Entre as contradições características desta época, estão aquelas (particularmente duras) existentes entre as realidades da sociedade e os fatos de civilização que nela se inscrevem. De um lado o genocídio, e do outro os esforços (médicos e outros) que permitem salvar uma criança ou prolongar uma agonia. Uma das últimas contradições entre a *socialização da sociedade* e a *segregação generalizada*. Existem muitas outras, por exemplo entre a etiqueta de *revolucionário* e o apego às categorias de um racionalismo produtivista superado. No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem *direitos*; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses "direitos" concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições, das guerras mundiais, das

ameaças, do terror nuclear. A pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos.

Muito estranhamente, o *direito à natureza* (ao campo e à "natureza pura") entrou para a prática social há alguns anos em favor dos *lazers*. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo "concentracionista" das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os *lazers* comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa "naturalidade" da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A "natureza", ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos *lazers*, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da "criatividade". Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar. O direito à natureza e o direito ao campo não se destroem a si mesmos?

Face a esse direito, ou pseudodireito, o *direito à cidade* se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios — a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas — esse direito caminha lentamente. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir "realmente". A necessidade e o "direito" à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludi-lo. (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços "naturais" diante das proliferações da cidade que explodiu.)

O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser

formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que "o urbano", lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século atrás, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que *habitam*. Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa (quem o ignora?) não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma. Daí provém a causa da fascinação que exercem sobre as pessoas mergulhadas no cotidiano; eles transcendem a quotidianidade; possuem a natureza e deixam os esbirros fabricar a cultura. Será indispensável descrever longamente, ao lado da condição dos jovens e da juventude, dos estudantes e dos intelectuais, dos exercícios de trabalhadores com ou sem colarinho e gravata, dos interiores, dos colonizados e semicolonizados de toda espécie, de todos aqueles que sofrem a ação de uma quotidianidade bem ordenada, será necessário mostrar aqui a miséria irrisória e sem nada de trágico do habitante, dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais, nos centros em decomposição das cidades velhas e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades? Basta abrir os olhos para compreender a vida quotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das "satisfações" que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela.

## TESES SOBRE A CIDADE, O URBANO E O URBANISMO

1. Dois grupos de questões ocultaram os problemas da cidade e da sociedade urbana, duas ordens de urgência: as questões da moradia e do "habitat" (que dependem de uma política da habitação e de técnicas arquitetônicas) – as questões da organização industrial e da planificação global. As primeiras por baixo, as segundas por cima, produziram – dissimulando-o à atenção – uma explosão da morfologia tradicional das cidades, enquanto prosseguia a urbanização da sociedade. Donde uma nova contradição que se acrescentava às outras contradições não resolvidas da sociedade existente, agravando-as, dando-lhes um outro sentido.

2. Esses dois grupos de problemas foram e são colocados pelo crescimento econômico, pela produção industrial. A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes do que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais. O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana.

3. O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. Proclame-se a racionalidade indus-

trial como necessária e como suficiente e se estará destruindo o sentido (a orientação, o objetivo) do processo. A industrialização produz a urbanização inicialmente de modo negativo (explosão da cidade tradicional, de sua morfologia, de sua realidade prático-sensível). Após o que, está-se perto da obra. A sociedade urbana começa sobre as ruínas da cidade antiga e da sua vizinhança agrária. No decorrer dessas mudanças, a relação entre a industrialização e a urbanização se transforma. A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. O centro de decisão, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para os meios da produção e para os dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão. Só uma teoria permite utilizar os dados práticos e realizar efetivamente a sociedade urbana.

4. Para esta realização não bastam nem a organização da empresa, nem a planificação global, ainda que necessárias. A racionalidade dá um salto para a frente. Nem o Estado nem a Empresa fornecem os modelos indispensáveis de racionalidade e de realidade.

5. A realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que não são mais do que meios) é igualmente indispensável.

6. A classe operária sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. A antiga miséria proletária se atenua e tende a desaparecer nos grandes países industriais. Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianeidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que ainda duvidariam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu "habitar" designam na prática a classe operária.

7. Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a eles e que no entanto lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização (na, porém freqüentemente *contra* a sociedade – pela, porém freqüentemente *contra* a "cultura"). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária.

8. Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de "habitantes", para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões.

9. A transformação revolucionária da sociedade tem por campo e alavanca a produção industrial. É por isso que foi necessário demonstrar que o centro urbano de decisão não pode mais ser considerado (na sociedade atual: o neo-capitalismo ou capitalismo monopolístico ligado ao Estado) fora dos meios de produção, de sua propriedade, de sua gestão. Só se a classe operária e seus mandatários políticos se encarregarem da planificação é que será possível modificar profundamente a vida social e abrir uma segunda era: a era do socialismo nos países neo-capitalistas. Até então, as transformações ficarão na superfície ao nível

dos signos e do consumo dos signos, da linguagem e da metalinguagem (discurso em segundo grau, discurso sobre os discursos anteriores). Portanto, não é nem reservas que se pode falar de revolução urbana. Todavia, a orientação da produção industrial sobre as necessidades sociais não é um fato secundário. A finalidade que é assim trazida para os planos os transforma. A reforma urbana tem portanto um alcance revolucionário. Tal como a reforma agrária (que pouco a pouco desaparece do horizonte) no decorrer deste século XX, a reforma urbana é uma reforma revolucionária. Ela dá lugar a uma estratégia que se opõe à estratégia da classe dominante.

10. Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do *homem urbano* para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material.

11. Entretanto, persiste a diferença entre *produto* e *obra*. Ao sentido da produção dos produtos (do domínio científico e técnico sobre a natureza material) deve-se acrescentar, para a seguir predominar, o sentido da *obra*, da *apropriação* (do tempo, do espaço, do corpo, do desejo). E isto na e pela sociedade urbana que começa. Ora, a classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra. Esse sentido se esfumou, quase desapareceu com o artesanato e a profissão e a "qualidade". Onde é que encontra esse precioso depósito, o sentido da obra? De onde a classe operária pode recebê-lo a fim de levá-lo a um grau superior, unindo-o à inteligência produtiva e à razão praticamente dialética? A filosofia e a tradição filosófica inteira, de um lado, e do outro lado toda a arte (não sem uma crítica radical de seus dons e presentes) contém o sentido da obra.

12. Isso exige, ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política

(controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada) uma revolução cultural permanente.

Não existe incompatibilidade entre esses níveis da revolução total, não mais do que entre a estratégia urbana (reforma revolucionária visando à realização da sociedade urbana na base de uma industrialização avançada e planejada) e a estratégia que visa à transformação da vida camponesa tradicional pela industrialização. Mais ainda: na maioria dos países, atualmente, a realização da sociedade urbana passa pela reforma agrária e pela industrialização. Não há dúvida alguma de que uma frente mundial é possível. É igualmente certo que essa frente, atualmente, é impossível. Esta utopia, neste assim como em muitos casos, projeta sobre o horizonte um "possível-impossível". Por infelicidade ou felizmente, o tempo, o tempo da história e da prática social, difere do tempo das filosofias. Ainda que não produza algo irreversível, pode produzir algo dificilmente reparável. A humanidade só levanta problemas que ela mesma pode resolver, escreveu Marx. Atualmente, alguns acreditam que os homens só levantam problemas insolúveis. Esses desmentem a razão. Todavia, talvez existam problemas fáceis de serem resolvidos, cuja solução está aí, bem perto, e que as pessoas não levantam.

**HENRY LEFEBVRE**  
**O DIREITO À  
CIDADE**

As questões e reflexões urbanísticas saem dos círculos dos técnicos, dos especialistas, dos intelectuais que pretendem estar na vanguarda dos fatos. Passam para o domínio público através de artigos de jornais e de livros de alcance e ambição diferentes. Ao mesmo tempo, o urbanismo torna-se ideologia e prática. E no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (ideologia) e na prática. Este livro tem por objetivo fazer com que estes problemas entrem na consciência e nos programas políticos, além de propor que os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo passem pelo crivo da crítica.

ISBN 85-88208-12-1

